



MENSAGEM Nº 33/2020

Maceió, 14 de julho de 2020

*Senhor Presidente,*

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 130/2019 que “*Institui a Declaração Alagoana de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica, análise de impacto regulatório, e dá outras providências*”, pelas razões adiante aduzidas.

**Razões do veto:**

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 130/2019, a sua sanção integral não se apresenta possível diante da existência de inconstitucionalidade formal, material e contrariedade ao interesse público.

O art. 24, I, § 2º da Constituição Federal dispõe que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, competindo ainda a União legislar sobre normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados.

Sendo assim, o art. 3º do prospecto legislativo reproduz de modo geral o texto do art. 1º, § 6º da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, contudo, o acréscimo da expressão “inclusive no âmbito ambiental, sanitário e de edificação” que não consta no texto da Lei Federal, incorre em vício de constitucionalidade formal, por ampliar a definição de atos públicos de liberação constante na norma geral.

Quanto ao inciso I do art. 4º do Projeto de Lei, ao acrescer a expressão “para sustento próprio ou de sua família”, restringindo norma geral Federal, também incorre em inconstitucionalidade formal, assim como o § 2º do mesmo art. 4º, por concretizar o disposto no inciso I, também deve ser vetado por prejudicialidade.

Pois bem, quanto ao art. 4º, inciso II, há claro descompasso com art. 3º, III da Lei Federal nº 13.874, de 2019, ao alterar a expressão “definir livremente” contida na norma geral Federal, por “não ter restringida”. Ocorre clara diferença entre as expressões, abrindo margem para restrição de direitos inerentes à liberdade econômica no caso concreto, podendo ocorrer a priorização de outros direitos constitucionalmente previstos na Constituição Federal, caracterizando vício de inconstitucionalidade material.

Excelentíssimo Senhor

**Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS**

**Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.**

NESTA



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

O inciso VII do art. 4º, traz a possibilidade de autorização tácita de solicitações encaminhadas ao Poder Público, quando ultrapassado um prazo limite determinado para resposta, fato que poderia causar verdadeira desordem na atuação da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ ante a fiscalização e arrecadação de tributos para o Estado, sob risco de incorrer em prejuízo à Administração Pública caso ocorra a aprovação tácita de solicitações sem prévia manifestação conclusiva do Poder Público, havendo assim, clara contrariedade ao interesse público.

Cumpre mencionar ainda que, constitucionalmente o Estado exerce as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, o que lhe permite, portanto, a concessão de determinados incentivos para determinados segmentos da economia, se for vantajoso para suas políticas públicas, além de, constitucionalmente ter garantida a criação de determinados tratamentos diferenciados no direito tributário como uma importante ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico de determinadas regiões do país, além de fomentar as grandes iniciativas de interesse público e incrementar a produção, o comércio e o consumo, manejando tais recursos jurídicos para setores econômicos prejudicados e/ou de expressiva relevância.

Deste modo, o inciso III, do art. 5º do Projeto em análise, da forma como redigido, sem excepcionar o direito tributário, fere frontalmente o disposto nos arts. 151, 155 e 174 da Constituição Federal, razão pela qual também carece ser vetado por contrariedade ao interesse público.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 130/2019, por **inconstitucionalidade formal, material e contrariedade ao interesse público**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

  
**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**  
Governador